

Arquitetura da liberdade: a experiência do comum

Marcella Arruda

Orientadora: Profa. Dra. Marina Mange Grinover (Escola da Cidade).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, Escola da Cidade, 2016.

O presente trabalho especula como o arquiteto pode participar da retomada do espaço público, projetando um espaço livre aberto a significações e em constante transformação a partir dos atores que dele se apropriam. O recorte foi o baixo do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, em São Paulo: um terreno vago, resultante do

urbanismo rodoviarista e abandonado pela cidade formal. A partir da prática projetual tática, na relação com os atores e pautada pela reflexão-em-ação, o projeto buscou responder ao que seria uma arquitetura da liberdade e qual o papel do urbanista diante da construção da mínima infraestrutura para emergir o espontâneo.

Palavras-chave: comum; vazios urbanos; liberdade.

Architecture of freedom: the experience of the common

The present work investigates how the architect can participate in the reclaim of public space, projecting a free space open to meanings, and constantly transformed by the actors that appropriate it. The framework was the underpass of Júlio de Mesquita Filho, in São Paulo: a *terrain vague*, resulting of car-oriented urbanism and forgotten by the formal city. Through the tactical project practice, in relation to the actors, and oriented by the reflection-in-action, the project aims to answer what would be a freedom architecture would be and what is the role of the urbanist in the construction of minimal infrastructure from which emerges the spontaneous.

Keywords: common; *terrain vagues*; freedom.

Arquitectura de la libertad: la experiencia del común

El presente artículo aborda la forma como el arquitecto puede participar en la retomada del espacio público, proyectando un espacio libre, abierto a significaciones, en constante transformación por los actores que de él se apropian. El recorte fue el viaducto Júlio de Mesquita Filho, en São Paulo: un terreno vacío, resultante del urbanismo vial y olvidado por la ciudad formal. A partir de la práctica proyectual táctica, en relación con los actores y pautada por una reflexión en acción, el proyecto buscó contestar lo que sería una arquitectura de la libertad y cuál es el papel del urbanista delante de la construcción de la mínima infraestructura para que emerja el espontáneo.

Palabras clave: común; terreno vacío; libertad.

1. INTRODUÇÃO

Assim como a arquitetura da liberdade¹, este trabalho busca abrir um espaço a ser ativado e preenchido por significações e subjetividades múltiplas. Apresenta-se como um ensaio: um suporte para outras reflexões; uma estrutura que se transforma a cada leitura; um texto-convite à sua apropriação e ressignificação. Como afirma Duarte (2016): “O ensaio não esgota totalmente o conhecimento de seu objeto nem o cria a partir do nada, mas o faz aparecer por um ângulo novo ou instigante”, a indeterminação do ensaio instiga um imaginário porvir.

Para realização desse trabalho partiu-se do espaço existente, seus elementos e fluxos, para imaginar relações distintas e intensidades que existem em potencial. O processo se desenrolou a partir de ensaios de formas livres de relacionar o corpo e a cidade, decodificando-as para extrair um novo território, mantendo, no entanto, seus limites. E é dentro deste contexto de limites, ambiguidades e indefinições que este trabalho se situa.

Para experienciar um espaço livre é necessário que não haja regras e limites rígidos, nem formas de controle pré-estabelecidas; mas sim um campo indeterminado, com uma estrutura mínima aberta para apropriações múltiplas. É necessária uma arquitetura aberta para a transformação e para o movimento: ou que a própria estrutura seja mutável ou, então, que dentro de seus limites possam

haver dispositivos que permanentemente redefinem seu conteúdo.

A arquitetura da liberdade só existe na ambiguidade: é o paradoxo, o um e o muitos, o lugar de encontro entre o estabelecimento de limites (que controlam, definem e repetem) e a quebra deles (o indeterminado, o espontâneo, o inesperado, o livre) (SANTI, 2010). Libertar o usuário do espaço de um comportamento de mera repetição, significa fomentar um comportamento livre (portanto, autônomo, participante e co-responsável) e os agenciamentos decorrentes desta ativação. Pressupõe-se, assim, a necessidade do diálogo e da relação: a experiência do comum se mostra como uma forma de construção dessa arquitetura, dos agenciamentos entre singularidades. Além de um espaço físico vazio, aberto à apropriações coletivas, é fundamental que se construa um imaginário espaço simbólico-psíquico de pertencimento, de identificação, de reconhecimento e autonomia.

Para que de fato se sustente esse espaço de liberdade é preciso que nenhum ator ou lógica de operação tenha maior peso do que os demais ou se fixe em lugar de dominância. É por excelência um espaço de equilíbrio dinâmico, território fluido, feito e refeito a partir de negociações e agenciamentos constantes, da oscilação entre padrões de comportamento, no qual valores como heterogeneidade, mistura e diversidade são cultivados (o contrário do que normalmente vemos no *status quo*: monocultura, homogeneidade, hierarquia, controle, regras definidas a priori das situações).



FIG. 1:

Vão livre do baixo do Viaduto Júlio de Mesquita Filho com a presença das infra-estruturas de morar. Fotomontagem da autora. 2016.

Para a criação de um espaço assim, é necessária uma “situação efetiva de abertura da discussão” (NEGRI, 2005), dando voz a grupos que de outra forma seriam mantidos invisíveis, e na qual as formas de operar se fazem enquanto se opera. Tal metodologia constitui uma maneira de pensar o urbanismo a partir do conceito de tática de Michael de Certeau (1994). Discute-se, assim, a construção de uma arquitetura que não trabalha somente a partir da matéria perene (constituída pela mínima infraestrutura para fomentar tais usos), mas das forças e movimentos que qualificam-na como espaço imantado (como definido por Lygia Pape no trabalho de mesmo nome em 1968), como vazio magnetizado – ativado por elementos, dispositivos, corpos e práticas diversas em tensão permanente. A partir da presença e da vivência do espaço, pode-se compreender a complexidade de fluxos que nele operam e redinamizá-los, propor novos elementos e, portanto, outros movimentos – possibilitando um constante rearranjo da maneira como o espaço opera a partir do corpo e do afeto.

A propriedade comum não passa simplesmente pelo Estado, passa pelo exercício que as singularidades fazem desse espaço comum, pela maneira de exercer esse espaço comum. [...] O comum é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade. (NEGRI, 2005, p.6).

A partir dessa relação se constrói um significado compartilhado: afeto. Uma gestão compartilhada baseada no convívio cotidiano, no fortalecimento de vínculos; e uma atuação baseada na integração, inclusão, relação com as pré-existências, que se manifesta através de uma reflexão em ação. Praticar democracia na contemporaneidade seria talvez retomar o conceito da *ágora*², espaço vazio onde há encontro entre corpos dispostos a redefinir seus limites pessoais e negociar constantemente o espaço comum. E depois de retomado, proteger este espaço dos valores e lógicas da cidade neoliberal, garantindo a manutenção de um território político fluido, um lugar praticado em permanente transformação, feito e refeito a cada relação, no qual as pessoas participam do desenho e da gestão cotidiana do espaço; onde há garantia do direito à cidade a todos e todas.

Diante de uma conjuntura de crise política, falta de reconhecimento cidadão, ineficácia do sistema de representatividade e esvaziamento do real significado de democracia, emerge de maneira sincrônica um desejo por participação dos processos de construção e gestão dos espaços públicos. Uma busca pelo direito que “não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente” (HARVEY, 2011). A dificuldade na relação com a esfera pública, enraizada social e culturalmente, vem se transformando nos últimos anos no Brasil. A noção de *ágora* passa a fazer sentido.



FIG. 2:

Baixo Libertas (Viaduto Júlio de Mesquita Filho), antes da derrubada dos muros.

Imagens Google. Acesso em: ago. 2016.

O recorte escolhido para investigar essas questões foi o baixio do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, na altura da Rua Major Diogo, no Bixiga, centro de São Paulo. Por muitos anos, o espaço público permaneceu esquecido pela cidade formal, no entanto historicamente passou por um processo de disputa de imaginário e apropriação – sutil porém existente. Um intervalo no tempo e no espaço, o baixio (parte inferior do viaduto) se configura como uma área de imprevisibilidade, sem funções determinadas. Afinal, nasceu como resto, sem um propósito. É um espaço não produtivo, que escapa do funcionamento e do controle da cidade-global, operando sob outras lógicas – e apropriado por atores que se favorecem dessas condições. Por essas razões, o baixio *Libertas* se mostrou o espaço ideal para estudar na prática a “arquitetura da liberdade e a experiência do comum”. Trata-se de um espaço em suspensão; um território em diálogo constante entre diferentes atores e desejos, aberto, sem protocolo de controle das relações que o habitam. É um lugar de equilíbrio dinâmico, que integra em movimento o que está separado.

O viaduto rompeu o tecido urbano e social do Bixiga, bairro que foi habitado na sua origem pelo quilombo Saracura e que deixou vestígios tanto na presença da escola de samba Vai-Vai como na vivência do corpo na rua. O bairro, que recebeu um grande número de imigrantes italianos, teve muitos de seus casarões transformados em cortiços. Hoje hospeda muitos grupos teatrais e atores culturais. Esse contexto de pulsação de vida cultural e de rua não se refletia na ocupação do Baixio, espaço culturalmente desvalorizado, caracterizado pela precariedade e “informalidade”, habitado majoritariamente por moradores em situação de rua.

Em um determinado momento, o espaço, antes esquecido e invisível, passou a ser enxergado e disputado pela cidade formal. Foi lançado um edital pela Subprefeitura da Sé, em dezembro de 2015, que previa o desenvolvimento de projetos de parceria público-privada de duração de 10 anos para a requalificação urbanística e paisagística de uma área de 11,5 mil m² embaixo do viaduto. As propostas avaliadas deveriam compreender “o desenvolvimento de atividades de conveniência cotidiana,

social, cultural ou educacionais” (EDITAL de Concorrência Pública: Processo Administrativo nº 2015-0.087.205-5, p.4). Conveniência ou convivência?

Atuando a partir de um protocolo muito recorrente na reativação e revalorização de áreas urbanas pelo poder público, que terceiriza ao capital a gestão desses espaços da cidade, privatizando-as, criando usos exclusivos e gentrificando a região, o edital propunha repetir uma atuação histórica: o ato de passar a tabula rasa, de ignorar os usos e atores antes presentes no lugar, trazer o novo, “revitalizar”. Além disso, abrir as portas para a especulação imobiliária, deixando de garantir a função social deste espaço, originariamente público. Após nenhuma inscrição e forte pressão dos atores da sociedade civil organizada, houve o cancelamento do edital.

O que se coloca em questão não é a requalificação urbanística e paisagística do espaço, porém os processos pelos quais essa transformação pode se dar. É fundamental ir além do modelo de delegar a gestão do espaço público a uma empresa privada para sua exploração comercial. Porém, quais os desafios de transformar e gerir tal espaço de maneira participativa, compartilhada entre diversos atores? Neste processo os questionamentos se deram com relação a maneiras de propor uma transformação do espaço que incluísse aqueles que já o habitam, e também o abrisse a outros atores e públicos, democratizando o baixio.

O projeto de pesquisa foi realizado dentro do contexto acadêmico: um trabalho de conclusão de curso em grupo, que engajou seis outros estudantes de demais anos da Escola da Cidade. O método de trabalho foi uma proposição de vivência dos estudantes da *práxis*: um processo de investigação que dialoga com *Situated Design* e *Permaculture Design*. Ao longo da pesquisa, investiguei como o conceito de liberdade se manifestava no Baixio *Libertas*, quais as ferramentas para instigar outras apropriações e como criar um sistema flexível que possibilite a existência de uma arquitetura da liberdade. Para explorar tais questões, junto ao grupo de pesquisa, colocamos nossos corpos disponíveis para experienciar esses enfrentamentos, nos colocando como mais um agente que negocia o espaço, interpretando-o a

partir dos afetos, mas que também busca proteger o que é comum.

A primeira seção "O pensamento da arquitetura da liberdade" realiza uma revisão teórica do tema abordado, inserindo a pesquisa no contexto geral do pensamento da arquitetura e urbanismo contemporâneos e evidenciando a relevância e a atualidade da discussão. Para que o estudo sobre o comportamento e espaço livre fosse desenvolvido de maneira ampla porém igualmente aprofundada, foram criadas relações no campo expandido da arquitetura e urbanismo, mobilizando noções como *terrain vague* de Solá Morales, *apropriação* de Guilherme Wisnik, *comportamento livre* de Hélio Oiticica, *arquitetura-suporte* de Igor Guatelli, e a ideia de *liberdade* materializada nos projetos de Lina Bo Bardi³.

A seção intitulada "A experiência do comum: tática como estratégia projetual" aborda a metodologia de pesquisa, relatando um panorama do processo e detalhando os procedimentos adotados em campo, os recursos mobilizados, os instrumentos e métodos de atuação – pautados na noção de *tática* de Michel de Certeau e do *comum* de Antonio Negri⁴. A seção é assim dividida em três aspectos norteadores da abordagem, complementares e simultâneos: reconhecimento das *pré-existências*, *existência* do grupo como ator do espaço e *coexistência* cotidiana com os demais atores do lugar.

Por fim, a parte "Considerações finais: (r)existências" apresenta as conclusões do processo de pesquisa, as reflexões realizadas, as dificuldades encontradas no processo de investigação e os possíveis desdobramentos das estratégias de retomada dos espaços públicos e da construção do comum na contemporaneidade no âmbito do ensino e prática de arquitetura e urbanismo. Busca-se alimentar outras perspectivas teóricas em torno da coprodução da cidade ao se aproximar dos desafios presentes em processos participativos de ativação de espaços públicos e sua decorrente gestão. As reflexões são trazidas como uma abertura da discussão, uma provocação para significar outros espaços e relações. O estudo do comum é então visto como uma estratégia fundamental para fornecer

táticas, procedimentos e abordagens possíveis para uma leitura crítica e propositiva acerca da construção de espaços comuns e democráticos.

2. O PENSAMENTO DA ARQUITETURA DA LIBERDADE

Nesta seção realiza-se um aprofundamento crítico sobre como a arquitetura foi historicamente estruturada enquanto disciplina, com o objetivo de descortinar possíveis referências para projetos abertos que possibilitem a mudança e instiguem a apropriação e o comportamento livre de seus usuários. Diante da concepção da arquitetura como sendo pautada pela organização, codificação, controle e determinação do espaço, exercitou-se pensar uma arquitetura que descondiciona, que seja um suporte para usos espontâneos diversos, uma estrutura para possibilitar variações múltiplas. Desenhar o vazio, de forma a deixar emergir o indefinido, a imprevisibilidade. Examinou abordagens e matrizes que abrem espaço para a diferença, o outro, a participação, o sujeito, o contexto, o espontâneo (que surge do momento, do uso e ativação do espaço). Reflexões de uma outra arquitetura que buscam servir de contribuição acadêmica e profissional: formas de investigar, praticar e aprender projeto na contemporaneidade.

É possível dizer que a investigação do que constitui uma arquitetura da liberdade tem sido uma linha dentro do campo expandido da arquitetura e urbanismo desde 1947, com a construção do MASP da arquiteta Lina Bo Bardi que, a partir do desenho do cheio, cria o vazio para ser apropriado como lugar ativado por situações. Segundo Tschumi (1981), "*Space is not simply the three-dimensional projection of a mental representation, but it is something that is heard, and is acted upon*", e tal abordagem, focada no uso e ativação de estruturas, é aprofundada nos anos 1960 com os experimentos em participação no fazer artístico de Hélio Oiticica, Lygia Clark, Lygia Pape, e materializado na Cidadela da Liberdade (Fábrica do Sesc Pompéia) em 1977.

Conforme Argan (1992, p.2), em "A História na Metodologia do Projeto", o ato de projetar é, em uma primeira camada,

a análise crítica do existente. O ato de projetar, como atribuir valor ao que já existe, é reconhecer o presente histórico e atuar a partir de um restauro crítico, como "uma capacidade de entender historicamente o passado, saber distinguir o que irá servir para novas situações de hoje que se apresentam a vocês [...] Na prática, não existe o passado, o que existe é o presente histórico" (BARDI, 1992, p.61-62). No projeto do Sesc Pompéia, ao manter grande parte da estrutura do galpão industrial existente, Lina apontou para uma possibilidade de atuação do arquiteto na contemporaneidade: fazer uso da apropriação, manobra do campo da arte (WISNIK, 2016), descobrir, imaginar e materializar novas relações e significados daquilo que existe. É lançada então uma provocação: o arquiteto que não mais projeta o espaço construído (cheio), mas constrói vazios, como aponta o depoimento de Lina sobre a visita de John Cage ao MASP:

É a arquitetura da liberdade!

Acostumada aos elogios pelo "maior vão livre do mundo, com carga permanente, coberto em plano", achei que o julgamento do grande artista talvez estivesse conseguindo comunicar aquilo que queria dizer quando projetei o MASP: o museu era um "nada", uma procura da liberdade, a eliminação de obstáculos, a capacidade de ser livre perante as coisas. (BARDI, 1990, s.p.).

A transformação, a pós-ocupação e a apropriação dos usuários são parte do projeto, como um processo que se faz no tempo. No entanto, o que se propõe aqui vai além de construir o cheio que evidencia o vazio, mas sim reconhecer o vazio como espaço potencial na cidade existente. Um enfrentamento com o existente: transformar resíduo em potencial, tabu em totem. Não exercer um posicionamento modernista e utópico a partir da tábula rasa, do papel em branco, mas investir no direito de inventar uma nova cidade a partir do real, e através desse gesto projetual construir uma cidade onde o espontâneo e a indeterminação possam existir.

O contexto escolhido para evidenciar tal questão é uma situação recorrente na cidade contemporânea: os baixios de viadutos, espaços residuais gerados pelas

infraestruturas rodoviaristas. Estes vazios, espaços-entre, surgem como lugar sem fim, e, portanto, completamente livres, nas palavras de Koolhaas (1985, s.p.): "*Where there is nothing, everything is possible [...] the void has the meaning of a mutable stage of human life*". O vazio na cidade contemporânea é traduzido no conceito de *terrain vagues* (SOLA-MORALES, 1995), territórios de incerteza e indefinição, de movimento e oscilação constantes, vazios porém expectantes, com potencial latente. Espaços esquecidos pelos circuitos de eficiência e estruturas produtivas da cidade global, porém promessas de outros mundos possíveis.

Desenha-se ao longo do processo de pesquisa uma arquitetura do vazio: flexível, que possibilita diversos desdobramentos, significações, modos de usar e se apropriar, em transformação por diferentes atores ao longo do tempo, um suporte potencializador de comportamentos livres e criativos. "É o imutável que cria condições para a transformação, é o permanente que liberta o temporário, como diz Bernard Leupen. E é a soma entre esse suporte que pode ser inventado pelo(a) arquiteto(a) e os diversos momentos de sua existência, distante das mãos de quem o concebeu, o que constitui a potência de uma arquitetura da liberdade" (MACIEL, 2015, s.p.). Admite-se a ambiguidade e a possibilidade do contradizer do uso imaginado e do que emerge. Uma arquitetura sem fim, sem utilidade pré-determinada e que nunca está acabada, pois se dá em experiência. Uma arquitetura do porvir.

Pensar uma arquitetura que não é de propriedades, mas de capacidades, como um acontecer. A noção de arquitetura-suporte supõe um espaço que existe à medida que é ativado, e coexiste com as práticas que o caracterizam. Qualificar o espaço-entre, de maneira a unir os planos horizontais que lá estão e criar um vazio magnetizado: "no vão livre, temos um vazio impregnado de possibilidades ao ser humano: o ócio, o lúdico, o afeto" (PERROTTA-BOSCH, 2013, s.p.). Espaço imantado, definido por intervenções sutis com elementos que incitem outras práticas e deem suporte a elas. Buscou-se então trabalhar com uma estrutura mínima que possibilitasse movimento e transformação ao longo do tempo com

baixa codificação, aberta, que possa ser praticada de diversas formas. Um projeto que cria condições para que se dê um lugar praticado (DE CERTEAU, 1994), maleável programaticamente, que coloca limites para serem esgarçados; não define e impõe um padrão de comportamento, mas convida à múltiplas apropriações, oferecendo para cada percepção um percurso possível. Uma estrutura que, juntamente com as práticas realizadas ao longo do processo de pesquisa descritos no capítulo seguinte, instiga o surgimento de um espaço libertário, democrático e inclusivo.

3. A EXPERIÊNCIA DO COMUM: TÁTICA COMO ESTRATÉGIA PROJETUAL

Em uma sociedade em que os limites não são negociados, mas sim estabelecidos; onde as narrativas dominantes são do funcionalismo, eficiência, disciplina e controle; onde não há flexibilidade, relação, empatia, mas sim uma cultura da privatização, individualização e competição, é preciso, além de construir espaços, instigar outros comportamentos para criar uma arquitetura de fato livre. Neste caminho, práticas alternativas de retomada do espaço público vêm instigando a retomada dessa noção de "público" desde a crise econômica de 2011, pautadas no uso como proposição. Práticas micro de arquitetura efêmera, centros sociais autogeridos, urbanismo tático e iniciativas *bottom-up* propõem uma transformação cultural a partir de valores como cidadania ativa, autonomia, cooperação e cuidado, fomentando assim a constituição do comum.

Restituir à base da cultura, quer dizer (sic) à vida cotidiana dos homens, a consciência da força enorme da qual é dotada a vida mesma significa redispôr (sic) essa força ao uso. Tal como por Lina Bo Bardi, também por Hélio Oiticica a tarefa do artista não consiste em criar objectos (sic) ou imagens fixas, mas de propor practicas (sic), de sugerir usos possíveis dos espaços criados, deixando-os abertos a todas as propostas por parte dos utilizadores ou, simplesmente, dos passantes. Espera do público performances,

deixa espaços vazios para que elas aconteçam. (MARTUCCI, 2009, p. 14).

Para além do projeto dessa arquitetura-suporte, a pesquisa percorreu um caminho de vivência cotidiana do espaço e de proposição de práticas ativadoras que instigassem o imaginário do lugar, fazendo uso de táticas de dinamização e magnetização do vazio. Uma metodologia de reflexão em ação: estar no espaço e agir em resposta a ele, deixando-se atravessar por afetos. Uma prática projetual inspirada nos princípios do *Permaculture Design* e na metodologia do *Situated Design*, que simultaneamente reconhecem os elementos pré-existentes, propõem uma existência no espaço através do corpo e coexiste no tempo com os atores, criando um lugar praticado (DE CERTEAU, 1994). Segundo Ingold (2012, s.p.): "Improvisar é seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar, em retrospecto, uma série de pontos já percorridos."

3.1. PRÉ-EXISTÊNCIAS: LUGAR

A primeira etapa da metodologia criada foi perceber e reconhecer as pré-existências, para então dialogar com elas e recompô-las de maneira a gerar outros imaginários e narrativas. Habitando o espaço cotidianamente foi possível perceber os fluxos, forças e desejos se manifestando através de demarcações no território, elementos materiais que materializam limites e estabelecem novos espaços. Dessa forma, percebemos a necessidade de um processo simultâneo, no qual nossa ação no território se dê de maneira tática, em resposta às dinâmicas pré-existentes. Perceber, reconhecer, se relacionar com os limites e então tensioná-los.

A tática é movimento. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende [...] Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. [...] sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, como se fica no corpo a corpo, sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada

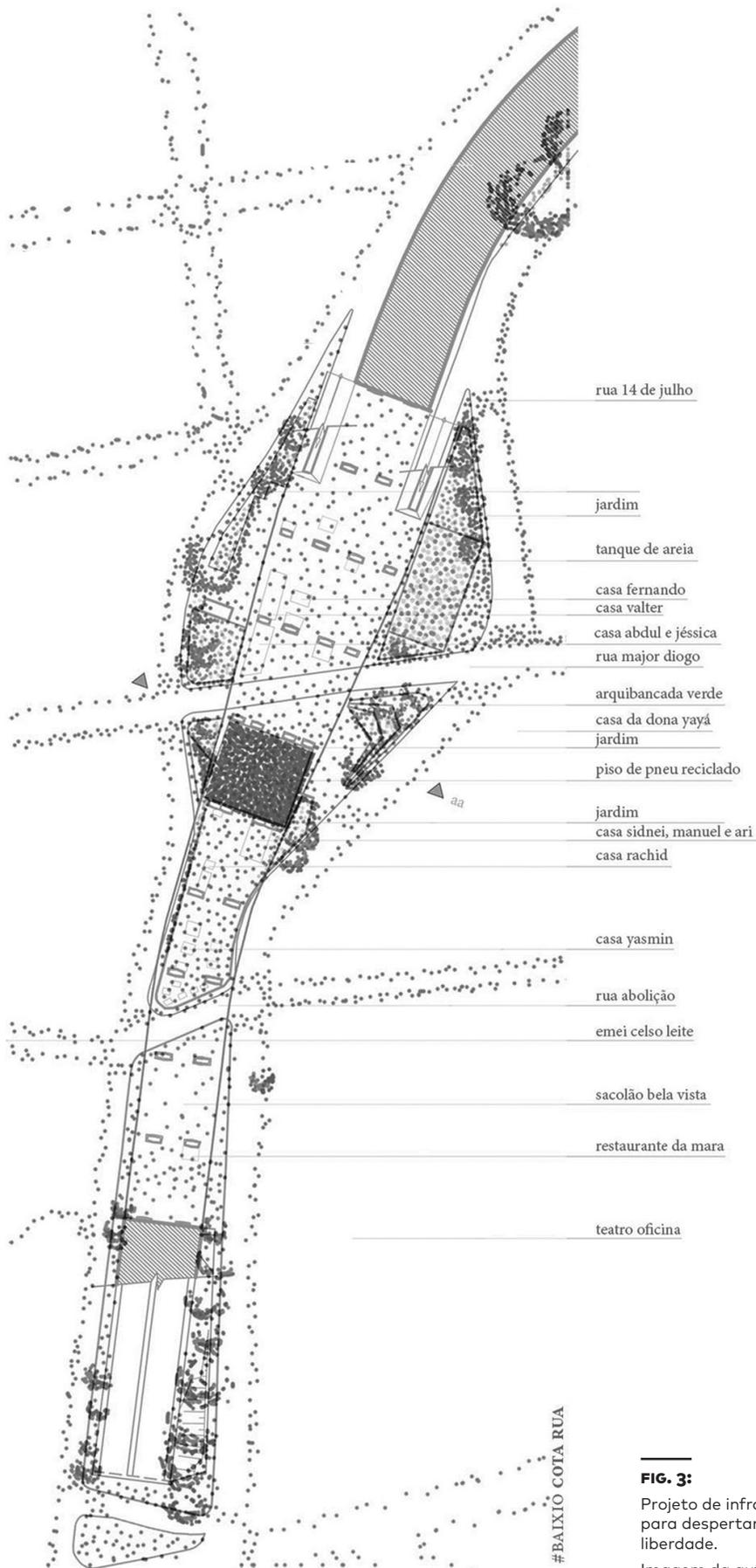


FIG. 3:

Projeto de infraestrutura mínima para despertar uma arquitetura da liberdade.

Imagem da autora, 2016.

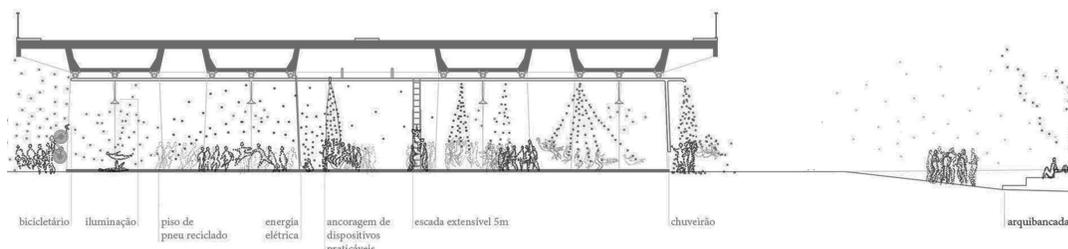


FIG. 4:

Projeto de infraestrutura mínima para despertar uma arquitetura da liberdade.

Imagem da autora, 2016.

pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. (CERTEAU, 1994, p.100).

Propõe-se um fazer arquitetônico através de outras estratégias (no caso, táticas), metodologias e linguagens diferentes dos mecanismos de participação convencionais e do ensino de projeto que impera na academia contemporânea. A criação de situações se dá como uma ferramenta projetual que alimenta outros imaginários para o espaço, instiga sua apropriação e a retomada de seu caráter público; envolve tentativas de mobilização através de eventos temporários que recharacterizam o lugar. Fazer emergir a potência latente no espaço através de um corpo disponível e de uma escuta ativa: posição que oscila constantemente entre atenção e relação.

3.2. EXISTÊNCIA: PRÁTICAS

Através de práticas corporais coletivas realizadas semanalmente com o grupo de trabalho abriu-se um "espaço dentro do espaço" e foi conquistada certa legitimidade e confiabilidade para ocupá-lo através dos vínculos criados com os habitantes do lugar. Quando começaram as práticas no baixo, este era um espaço de certa maneira estabelecido e homogêneo. Havia uma predominância do uso de espaço para morar, o que afastava demais usos. Apesar de diversos grupos terem se apropriado do espaço ao longo dos últimos anos, cultivando esse caráter plural (como o grupo Terreyro Coreográfico, que atou no espaço desde 2014 a 2016), no momento em que nos aproximamos do lugar não havia nenhum grupo que estivesse utilizando o espaço com frequência. Colocamo-nos como mais um ator, dando continuidade a

esse movimento de abertura, dinamizando o lugar, seus movimentos e imaginários, criando um novo tipo de espaço a partir da presença dos nossos corpos, e evidenciando seu caráter público. A fricção era evidente e despertava curiosidade e outras possibilidades de relação com o espaço. Esse processo de reconhecimento do lugar:

[...] se debería convertir en una oportunidad tanto para la calidad de los resultados de investigación como para el enriquecimiento de la propia reflexión, abriendo la puerta a un escenario de disolución de la dicotomía sujeto-objeto, al modo en que recientemente viene intentando la teoría no representacional – con aportaciones concretas para el caso de la geografía (Thrift, 2007) y los estudios urbanos – y la investigación performativa. (BUIRAGO, 2010, s.p.).

As práticas poético-sensíveis de percepção do baixo instigavam um comportamento livre, um convite à biopotência, entendimento do corpo como auto produção, auto poiesis, potência de vida dentro de um sistema que o controla. Através de práticas coletivas de expressão corporal e exploração espacial, o corpo era convidado a se expressar como potencialidade criadora de diferença de transformação. As situações sugeriam outros usos possíveis, abertos a interação dos passantes. E foi através do movimento dos nossos corpos no espaço que tensionamos os limites estabelecidos, mapeando e questionando os espaços de repulsão e atração dos corpos.

3.3. COEXISTÊNCIA: LUGAR PRATICADO
Segundo Norberg-Schulz (1980, p.30),
"Architecture means to visualize the genius

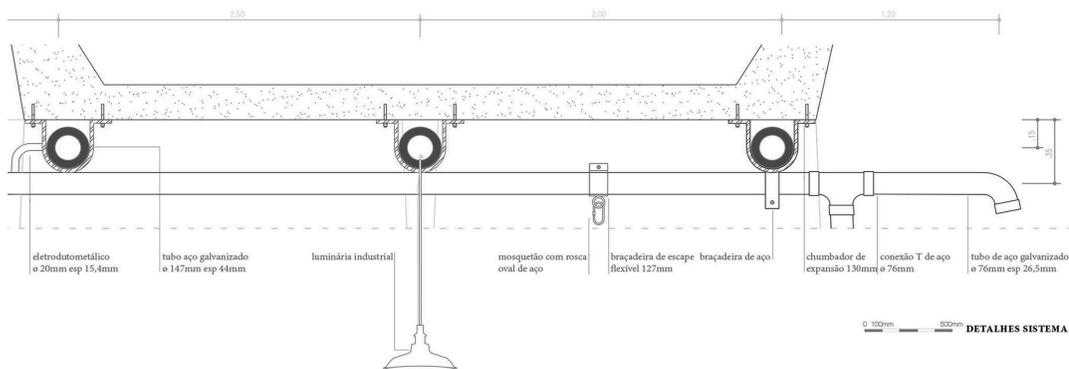


FIG. 5:

Projeto de infraestrutura mínima para despertar uma arquitetura da liberdade.
Imagem da autora, 2016.

loci and the task of the architect is to create meaningful places, whereby he helps man to dwell. [...] His existence depends on belonging to places". Nesse sentido, buscamos explorar maneiras de criar experiências significativas, que produzam identificação e reconhecimento com o espaço, com a cidade e despertem um sentimento de pertencimento, que por sua vez se manifesta no cuidado com o lugar. Entende-se que para reclamar a esfera pública não basta criar um espaço, mas também é preciso alimentar seu imaginário, seu caráter comum, através de elementos que produzam novas relações e afetos. Para isso, além das práticas corporais coletivas, realizamos eventos no baixio buscando nos aproximar dos atores do espaço (existentes e potenciais), articulando o tecido social rompido com a construção do viaduto e despertando as pessoas para as potências do espaço. Através de situações de caráter efêmero, buscamos engajar uma multiplicidade de atores para exercitar um espaço de coexistência e tolerância: os moradores do próprio Baixio, as crianças de escolas próximas, moradores e grupos culturais do bairro etc.

Para construir tal espaço heterogêneo e inclusivo, foi necessário o "redesenho das condições participativas no processo de formulação da vida pública" (RENA, 2015, p.168), baseado essencialmente nas relações cotidianas. Conhecer as pessoas, inventar e sustentar certa intimidade (DUNKER, 2016) e agenciar tais públicos e limites do espaço *in situ* foram ferramentas de um urbanismo sutil e de uma prática de cuidado com o espaço e com o outro.

Através de uma postura aberta e corpos disponíveis para perceber e se relacionar com o outro, a membrana de relação tornou-se mais flexível e permeável, possibilitando a criação de um campo empático e íntimo. A frequência de uso sustentou essa conexão, promovendo convivência e confiança, tecendo relações e tornando as negociações e agenciamentos mais flexíveis – ou pelo menos, mais sinceros – e com maior possibilidade de diálogo. Além disso, percebemos que para estabelecer essa boa relação foi fundamental a abordagem de uma aproximação de peito aberto, feita sem roteiro ou expectativa, para uma delimitação momentânea de um espaço para o encontro e para o inesperado, para as relações. A partir de um convite em linguagem acessível e de uma estética do familiar (falar a mesma língua), com elementos de um certo imaginário coletivo, com signos já assimilados, foi possível construir momentaneamente espaços de troca e de afeto. Pensando nisso, realizamos eventos como cafés da manhã, sambas de roda, jogos de xadrez humano etc.

The events were particularly successful in getting people to meet, overcome the stultifications of shyness, begin to listen to one another, and build and transmit excitement. [...] These events provided a space for a range of people from many different backgrounds to experience being-in-common. (GIBSON-GRAHAM, 2003, p.24).

Após três meses de vivência cotidiana no baixio, outros atores passaram também

a disputar o espaço, reorganizando seus fluxos e elementos. Depois de um processo gradual de abertura e aumento da permeabilidade do espaço, o lugar, que antes era ocupado majoritariamente por moradores de rua, carros estacionados e por nós, em outubro passou a ser ocupado também por grupos de meninos e jovens que jogavam futebol durante a semana à noite e aos finais de semana, e que demarcaram seu espaço pintando com tinta uma quadra no chão.

Tal acontecimento reafirmou uma sequência de ações que iniciou a experiência do comum no baixo do Viaduto Júlio de Mesquita. Este novo uso respondeu aos nossos anseios de diversificar os usos do espaço, no entanto aconteceu através de uma forma agressiva com as pré-existências do lugar, definindo limites rígidos através do poder. O espaço, que antes era de certa forma homogêneo, agora havia sido dinamizado. Os movimentos se transformaram juntamente com os códigos e limites. No entanto, às custas do quê? Expulsando os que lá viviam e ameaçando-os pelo bem do "coletivo"? Que coletivo é esse do qual se exclui o outro? Como demonstrar a necessidade de tolerância e respeito?

Diante disso, se tornou clara a necessidade de demonstrar os limites para tal ocupação, dinamizar os fluxos do espaço novamente na tentativa de negociar o espaço, buscar o equilíbrio – impedir sua privatização, fixação e definição. Através da nossa presença no espaço e da articulação com outros atores do bairro, reafirmamos a necessidade de coexistir no espaço. Em sequência, o grupo do Terreyro Coreográfico voltou a frequentar o espaço, desenvolvendo um conjunto de atividades e colocando-se como mais uma força de disputa do espaço.

Percebeu-se então que o espaço de participação e construção coletiva do baixo não funciona através de canais formais e institucionalizados, mas em embates *in situ*, corpo a corpo, atuando sobre o lugar em tempo real, simultaneamente a outros atores e forças. A gestão do espaço se dá de maneira autônoma, em escala micro, próxima da vida cotidiana, escapando de lógicas de controle e determinação que operam através do biopoder. A garantia da

permanência e a apropriação do espaço se dá através da frequência, do cultivar, da presença; do coabitar.

Após o processo de pesquisa, compreendeu-se que houve uma transformação significativa do imaginário e dos usos do baixo: o objetivo de fertilizar o espaço, atraindo outros atores, foi de fato alcançado, estabelecendo no vazio um espaço imantado, caracterizado por relações democráticas de conflitos e afetos. O conhecimento e a ação produzidos foram em direção a experimentar abordagens de reconhecimento do espaço e das relações que o habitam (também em potencial) e caracterizam, e os métodos de agenciar tais singularidades. A noção de negociação neste espaço foi levada ao extremo, onde o efêmero e o afeto tiveram papel fundamental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: (R)EXISTÊNCIAS

Devemos pensar a resistência em sentido positivo, ou seja, como uma ação criativa, uma ideia emancipadora, questionadora, potencializadora de diferenças, "[u]ma diferença profunda, conceitual, capaz de alterar ou expandir de maneira muito significativa nossa compreensão sobre algo existente" (GUATELLI, 2008, s.p.).

Acredita-se que tais práticas em escala micro constituem por si só meios de resistência.

São ações moleculares, que atuam nas frestas e interstícios do tecido urbano espetacularizado, mas que podem representar importantes pontos de partida para novos entendimentos do espaço enquanto corpo vivo a ser impresso e modificado pela ação humana de forma colaborativa e participativa, na constituição de ações micropolíticas que englobem o espaço urbano numa construção comum. (RENA, 2015, p.169).

Ao longo de seis meses de pesquisa, foi feito do espaço do baixo um laboratório: ensaio em processo, espaço de teste e investigação, tentativa e erro. Uma abordagem tática de experienciar com



FIG. 6:

Sarau do Baixo: prática de ativação do espaço que evidenciou o vazio magnetizado, espaço entre imantado.

Fotografia de Antonio Carlos Silva Santos, 2016.

o corpo, propor e então entender não só o impacto e a apropriação da ação, mas como o novo elemento ressoa no espaço e cria outras dinâmicas e relações. Sugere-se outra prática projetual que aproxima pensar e agir; que percebe e transforma o espaço a partir de seu próprio corpo, mas que também busca criar algo comum, que acolha a multiplicidade de singularidades. Um projeto que dialoga essencialmente com as pré-existências: não constrói do terreno limpo, mas se apropria de *terrain vagues*, espaços residuais existentes e os ressignifica a partir de intervenções pontuais (infraestrutura mínima que qualifica o vazio).

Através da arquitetura da liberdade, do desenho da mínima infraestrutura que possibilita diversas apropriações, e da sugestão de práticas e usos alternativos do espaço, admite-se a ambiguidade de se colocar no lugar de propositor-universal-comum e ator-sujeito que cria regras e propõe comportamentos, mas também incita a liberdade para subvertê-los. A contradição é visível no contraponto do desenho diante do lugar praticado independentemente. Busca-se uma maneira

de agir mais inclusiva que trabalha com o programa, não determinando usos contínuos, porém múltiplos em diversos tempos com diversos públicos – abordagem que exige a vivência do espaço em momentos diferentes e o agenciamento de seus elementos e atores.

Foi realizado um roteiro de perguntas que orientou o reconhecimento das pré-existências e das camadas a serem agenciadas: Quais as maneiras de se relacionar com as pessoas e com o espaço? O que pode e o que não pode em termos de comportamento? Qual o imaginário e as sensações que habitam esse espaço? Quais as memórias e imaginário coletivo que o caracterizam? Qual a relação que diferentes pessoas do bairro têm com esse lugar? Quais os elementos materiais que definem limites e apropriações? Quais os territórios proibidos, limites e lógicas invisíveis? O que atrai e o que repele diferentes pessoas a usarem este espaço? Quais os interesses e desejos que as pessoas têm para esse espaço? Como cada um poderia se apropriar deste espaço (a partir do olhar de necessidades e potências)? Quais as singularidades que poderiam

ser agenciadas? Como criar uma nova narrativa e significado para o espaço?

Aqui se desdobram algumas ferramentas que caracterizaram o conteúdo das ações, a partir de práticas comuns e comportamentos corriqueiros, mas que colaboraram para criar um campo de relação e magnetismo, como por exemplo: pedir a vassoura emprestada para limpar o espaço antes de fazer a atividade no bar da esquina; dar bom dia e chamar passantes para a atividade; fazer um café da manhã na rua; investigar as memórias e o imaginário coletivo; fazer um samba; propor atividades lúdicas que instiguem a participação das crianças (que por sua vez, trazem os pais); realizar reuniões e articulação com instituições próximas, trazendo tais redes para também se apropriarem do espaço (escola, centros culturais); realizar um evento e envolver atores locais (pedir ajuda aos marceneiros e serralheiros para participar da construção da instalação, chamar comerciantes para vender seus produtos); realizar um encontro para reunir pessoas para pensar ações para o espaço; cobrar da prefeitura a zeladoria (limpeza, manutenção), entre outros.

A partir de tais experiências, percebeu-se ser fundamental trabalhar com estratégias de comunicação e engajamento dos atores, dispositivos de atração e estabelecimento de vínculos para criar novas apropriações, sentimento de pertencimento e cidadania ativa. Considerando que existem desejos e intenções individuais e coletivas, a articulação do tecido social para construção do comum se pautou a partir da relação afetiva cotidiana e de ações que instigaram sua aproximação, magnetizando o espaço. Reconheceu-se o afeto como projétil, imaginação de futuro que atravessa o espaço e o tempo, articulando pessoas em seu lançamento. Para além disso, a afirmação e comunicação do espaço como sendo vazio, livre e aberto a múltiplas apropriações convida à aproximação de atores e usos diversos. No entanto, não garante essa avizinhação. Por isso, outra tática foi fazer uso de dispositivos ativadores, como música, comida, abrigo (atividades que se relacionam com práticas da cultura local); e o uso de uma linguagem acessível e de uma estética do familiar, trabalhando com elementos que habitam o imaginário coletivo, usando signos e

símbolos já assimilados pelas pessoas deste contexto, atraindo-as para usar o espaço. Trabalhar com aquilo que é estranhamente familiar atrai pela proximidade, mas cria dobras, curiosidade e estranhamento, leva a um outro lugar.

Por meio de tais atividades de relação e ativação do espaço foram criadas memórias afetivas: momentos significativos de criação de vínculos, que fomentaram identificação, reconhecimento e pertencimento ao lugar e às pessoas. A criação de intimidade, que se deu com a postura dos corpos – disponíveis, abertos para se relacionar com o diferente, com o outro –, flexibilizou as relações, criando uma outra dinâmica de negociação do espaço e seus limites. Não se pode negar que espaços de participação, construção coletiva e tomada de decisões mais formais, são importantes⁵, porém percebeu-se que as relações informais entre tais singularidades realizam de maneira muito mais efetiva essa construção. O convívio cotidiano entre as pessoas, que agora se conhecem e trocam de maneira direta, mostrou-se ferramenta fundamental de gestão e experiência do comum.

O processo de investigação passou por dificuldades relacionadas principalmente ao engajamento dos moradores do bairro e outros atores, uma vez que foi necessário romper preconceitos culturais, desconstruindo narrativas dominantes de marginalização da pobreza e da postura do cidadão como consumidor e não como coprodutor da cidade. No entanto, a aproximação destes outros atores (como os treinadores de futebol) mostrou ser fundamental fomentar dinâmicas de cooperação e respeito pelo espaço do outro: a construção de práticas de liberdade, resistir ao discurso do ódio, da violência, da competição e da privatização.

Após a constituição desta zona autônoma temporária perguntou-se: como sustentar este movimento? É interessante perceber que após a pesquisa ter terminado, em maio de 2017, foi realizada a primeira reunião institucional de moradores e atores do bairro para discutir a gestão do bairro Libertas, com pessoas de iniciativas diversas (grupos artísticos, treinadores de futebol, músicos do maracatu, representante do jornal do bairro etc. Durante a reunião, foi formado um

grupo gestor diverso e plural, com corpos disponíveis e empáticos, reafirmando a dinamização e fertilização do espaço ao longo deste tempo de trabalho e desdobrando caminhos de continuidade deste movimento.

Considerando os enfrentamentos e as experiências vividas durante o processo de pesquisa, concluiu-se que uma aproximação sensível do espaço e seus atores, e o uso cotidiano (práticas na escala micro), podem de fato contribuir para ativar espaços residuais na cidade contemporânea, respondendo aos desafios da retomada do público e constituição do comum através de processos participativos e de gestão compartilhada destes espaços. Uma ferramenta possível para garantir a coprodução e o direito à cidade e a proteção do comum, impedindo, por fim, que o espaço aberto e a relação entre as singularidades sejam definidos pelas formas de operar vigentes no resto da cidade neoliberal.

NOTAS

1. Título da pesquisa realizada no trabalho de conclusão de curso em 2016.
2. A palavra "ágora" significa praça principal das antigas cidades gregas, local em que se instalava o mercado e que muitas vezes servia para a realização das assembléias do povo; [...] era também um centro religioso (HOUAISS, 2009).
3. Ver mais em: SOLA-MORALES, 1995; WISNIK, 2016; OITICICA, 1969; GUATELLI, 2008; BARDI In: RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina (org.), 2009.
4. Ver mais em: DE CERTEAU, 1994; NEGRI, 2005.
5. Inclusive, propusemos o Fogo do Conselho, encontro para reunir pessoas interessadas em participar do processo de gestão compartilhada do baixo.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. A História na Metodologia do Projeto. **Revista Caramelo**, São Paulo, n.6, FAU/USP, 1992.
- BARDI, Lina Bo. **Masp: a cor da paixão pela arte**. São Paulo: Masp/Suvinil, 1990.
- _____. Uma aula de arquitetura. **Projeto**, São Paulo, n.149, p.60-62, 1992.
- _____. Uma aula de arquitetura. In: RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina (org.). **Lina por escrito**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p.166.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Eds.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BUITRAGO, Álvaro. Urbanismo, biopolítica, gubernamentalidad: vida y espacio en la renovación de los estudios urbanos. **Boletín CF+S**, Sevilla, 44, p.41-49, 2010.
- CORSINI, Leonora. **Biopolítica, biopoder, e o deslocamento das multidões**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10015-biopolit-ica-biopoder-e-o-deslocamento-das-multidoes-entrevista-especial-com-leonora-corsini>. Acesso em: ago. 2016.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DE OLIVEIRA, Olivia. **Lina Bo Bardi: obra construída**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
- DUARTE, Pedro. O elogiável risco de escrever sem ter fim. **Folha de S.Paulo**, Ilustríssima, São Paulo, 2016.
- DUNKER, Christian. **Vida pública, vias privadas e a erosão da intimidade**. São Paulo: Córtext, 2016. Disponível em: <www.fluxo.net/tudo/2016/9/7/cortex7-christian-dunker>. Acesso em: out. 2016.
- GIBSON-GRAHAM, Julie Kathy. An ethics of the local. **Rethinking Marxism**, 15, 2003.
- GUATELLI, Igor. **Entrevista 035.01**. Vitruvius, 2008.
- HARVEY, David. **Direito à Cidade**. 10 out. 2011. Disponível em: <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.
- HEIDEGGER, Martin. Building dwelling thinking. In:_____.**Poetry, language, thought**. Nova Iorque: Harper Perennial Modern Classics, 2013.
- INGOLD, Tim. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 18, n.37, jan./jun. 2012.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Vitruvius**, Arqutextos 8, 2008. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitex-tos/08.093/165>. Acesso em: nov. 2012.
- KOOLHAAS, Rem. Le contexte, la splendeur terrifiante du xxe siècle. **L'architecture d'aujourd'hui**, 238, abr. 1985.
- MACIEL, Carlos Alberto. Muito além da sombra do viaduto. **Arq Futuro**, 2015. Disponível em: <arqfuturo.com.br/frontend/home/post/1170>. Acesso em: set. 2016.

MARTUCCI, Elena. Um caminho de liberdade. **Docomomo**, 2009. Disponível em: <www.docomomobahia.org/linabobardi_50/7.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

MIRANDA, Danilo Santos de. **Cidadela da Liberdade**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1999. 132p.

NEGRI, Antonio. A constituição do comum. **Conferência inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo** – economia do conhecimento e da constituição do comum. Tradução de Fabio Malini. Rio de Janeiro, 2005.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius loci: Towards a phenomenology of architecture**. Rizzoli, 1980.

OITICICA, Hélio. **The sense pointing to a new transformation**, 1969, doc. no. 0486.69, p.4.

PERROTTA-BOSCH, Francesco. A arquitetura dos intervalos. **Serrote**, 15, 2013. Disponível em: <www.revistaserrote.com.br/2013/12/a-arquitetura-dos-intervalos-por-francesco-perrotta-bosch/>. Acesso em: set. 2016.

RENA, Natacha. Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano. **Lugar comum**, 2015 p.169. Disponível em: <uninomade.net/wp-content/files_mf/1426309376Revistacompletan.%C2%BA43.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

SANTI, Marina. **Improvisation: between technique and spontaneity**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2010.

SOLA-MORALES, Ignasi de. Terrain Vague. Extrato publicado em "**Anyplace**". Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

SPERLING, David. Corpo + Arte = Arquitetura. As proposições de Hélio Oiticica e Lygia Clark. **Revista do Fórum Permanente**, 2006.

TSCHUMI, Bernard. Arquitetura e Limite II. In: NESBITT, K. (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006. P.177-182. Publicado originalmente em Artforum, 19, n.7, p.45, mar. 1981.

WISNIK, Guilherme. Direito à cidade: um conceito para pensar o Brasil hoje. **Nexo Jornal**, 2 set. 2016. Podcast. 37'52". Disponível em: <www.nexojornal.com.br/podcast/2016/09/02/Direito-%C3%A0-cidade-um-conceito-para-pensar-o-Brasil-hoje>. Acesso em: nov. 2015.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Associação Escola da Cidade em 2017. marcella_arruda@hotmail.com